

Ato da Dispensa



Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu
Estado do Paraná
AV. 4 DE SETEMBRO, 614 - CENTRO
CEP: 85195000 - RESERVA DO IGUAÇU-PR
TELEFONE: (42) 3651-8000 - FAX: (42) 36518000

**ATO DA DISPENSA Nº 037/2021
PROCEDIMENTO Nº 0274/2021**

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTARIA".

1.0 DAS ESPECIFICAÇÕES

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	QTD	UND	Preço máximo	Preço máximo total
1	27485	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTARIA DE COLETA DE LIXO RECICLAVEL E REJEITO, EM PRÉ MOLDADO DE CONCRETO, COBERTURA DE TELHA DE FIBROCIMENTO E PISO, MEDINDO 2,98M DE COMPRIMENTO X 2,02M DE LARGURA X 2,50M DE ALTURA.	13,00	SV	1.230,00	15.990,00
TOTAL						15.990,00

1.1. PRELIMINAR: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

1.2. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	2600	13.001.18.541.0013.2031	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2021	2610	13.001.18.541.0013.2031	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

1.3. DADOS DO FORNECEDOR

Razão Social: JOAQUIM PEDRO FERREIRA CALDAS74261320991

Nome Fantasia: CONSTRUTORA CALDAS

CNPJ: 42.551.597/0001-02

DO VALOR E PAGAMENTO

VALOR TOTAL: R\$: 15.990,00 (quinze mil, novecentos e noventa reais)

PERÍODO: 06 (seis) meses.

PAGAMENTO: Até o décimo quinto dia útil do mês subsequente após emissão da nota fiscal

**Fundamento Legal
Art. 24 da Lei federal 8.666/93**



Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu
Estado do Paraná
AV. 4 DE SETEMBRO, 614 - CENTRO
CEP: 85195000 - RESERVA DO IGUAÇU-PR
TELEFONE: (42) 3651-8000 - FAX: (42) 36518000

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:
(...)

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 24 É dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se



Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu
Estado do Paraná
AV. 4 DE SETEMBRO, 614 - CENTRO
CEP: 85195000 - RESERVA DO IGUAÇU-PR
TELEFONE: (42) 3651-8000 - FAX: (42) 36518000

refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

Os valores considerados encontram esteio no decreto N° 9.412, de 18 de junho de 2018, a qual atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 1° Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:
a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);"*

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II e III do art. 26 da Lei n° 8.666/93, considerando o instrumento de convenio particular, item 12 e seus subitens, somados a ampla pesquisa de mercado na qual claramente é comprovada a vantajosidade da locação de modo que inviabiliza a competição de preços.

- Considerando que os preços estão dentro dos praticados do mercado;
 - Considerando que foi efetuada pesquisa do mercado conforme orçamento em anexo;
 - Considerando que administração pública municipal, como agente responsável pela manutenção do bem público municipal possa desempenhar com presteza e eficiência sua função se faz necessário a contratação dos serviços listados neste termo.
- Tal contratação se pretende para fins de prestação de construção de unidades de ponto de entrega voluntaria (PEV) de recicláveis e rejeitos nas comunidades do interior do município. Como a busca incessante de alternativas de redução dos impactos ambientais negativos buscamos propor a Construção de PEVS- Pontos de Entrega Voluntária de resíduos sólidos, a fim de que sejam usados para armazenamento desses resíduos nas comunidades rurais do município de Reserva do Iguaçu, em locais estratégicos para que a rota de coleta seja mais eficaz e assim se cumpra o cronograma de coleta corroborando para minimizar o volume de resíduos abandonados a céu aberto ou até mesmo queimados pela população em geral. Essas construções serão uma forma de investimento do valor do ICMS ecológico por biodiversidade repassado para o município, sendo um investimento em educação ambiental poderá somar na tábua de avaliação para o próximo ano.

Reserva do Iguaçu, 05 outubro de 2021


Bruna Ribeiro Ruzin
Presidente da Comissão de Licitações

Elisa Borcat
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável